

Coluna do Castello

O governo tem suas apreensões

EMBORA creia que seu mandato de quatro ou de seis anos tenha suficiente legitimidade para não carecer de redução a fim de evitar colapso das instituições democráticas, o presidente José Sarney deve compartilhar com o governador Leonel Brizola de certas apreensões quanto ao desenvolvimento da situação nacional que evolui em meio a uma crise complexa e variada, possivelmente das mais difíceis já vividas no período republicano.

Disso sem dúvida o presidente tem consciência e governa com a permanente previsão de que em cada esquina há uma ameaça de atropelamento que cumpre prevenir e tomar providências para que ela não se efetive. Além de conviver com problemas institucionais, econômicos e sociais, ele percebe com nitidez a insuficiência dos instrumentos de operação com os quais enfrentar a emergência e encaminhar soluções duradouras. A precariedade da sua base política e parlamentar retratou-se com nitidez na última eleição, imprudentemente realizada por inspiração da **esquerda independente** do PMDB. O próprio fracionamento do principal partido em que se apóia o governo é suficientemente intranquilizador, como sintoma de ausência de forças homogêneas e bem articuladas com as quais comandar uma estratégia nacional.

Mas, a instabilidade política se agrava ao tomar o presidente conhecimento do caos em que se transformou a administração pública, em cuja eficiência não pode confiar para execução das decisões do dia-a-dia e principalmente da implementação de providências mais abrangentes. A máquina opera mal ou não opera e o esgarçamento do tecido político não lhe dá meios sequer para fazer o reajuste preliminar de uma estrutura administrativa minada pelo empreguismo, a incompetência, a proliferação de subestruturas, etc. O ministro Aluizio Alves tenta costurar remendos aos quais resistem os diversos segmentos de um aparelho estatal que sequer pode ser identificado na sua totalidade.

O governo, como se sabe, nasceu de uma campanha nacional pelas eleições diretas que gerou um pacto entre partidos mediante o qual se superaram obstáculos para chegar a uma solução de consenso com pleno apoio das ruas, apesar de focos de resistência. Parte da reforma política foi realizada e estamos aí com uma Assembleia Constituinte convocada sem que se eliminasse o Poder Legislativo instituído pela Constituição, em vigor. Mas a coalizão de forças partidárias não foi cimentada por uma unidade de visão dos problemas nacionais. O entendimento limitou-se a resolver o problema mais premente que era a implantação de um governo civil incumbido de comandar um processo de transição.

A base política não só do governo como do país, multiplicada em três dezenas de partidos carece de pontos de gravidade que inspirem confiança na estabilidade das suas expressões mais altas, como o PMDB e o PFL. Sobretudo o primeiro desses partidos sofre do mal de uma ausência de identidade ideológica, a qual induz à instabilidade política. O governo da República viu desfazer-se na eleição municipal a unidade da Aliança Democrática, que tecnicamente o sustenta, e percebe que o principal esteio do sistema dificilmente resistirá à eleição do próximo ano como força apta a dar estabilidade às instituições em formação.

A gravidade dessa fonte de intranquilidade política, a qual somente poderá ser superada pela manifestação de unidade da opinião pública em favor da preservação das aspirações democráticas nacionais, está na sua concomitância com as carências sociais geradas pela longa crise financeira e pela persistência de índices inflacionários que resistem às terapias a que têm sido submetidos. É verdade que o ministro Dilson Funaro infundiu certa dose de otimismo ao setor econômico, ao identificar fatores de aquecimento aos quais o governo daria o suporte adequado. Aliás, o ministro parece crer que a queda da taxa de desemprego e o crescimento da atividade da indústria e do comércio deve-se a efeitos da política oficial.

O ministro da Fazenda, que está inspirando o **pacote** econômico que o Presidente José Sarney encaminha ao Congresso, irá defrontar-se com reações que, a pretexto de divergências de ordem técnica, bem poderão fundar-se nas divergências de doutrina política que faz proliferarem no Congresso todas as tendências, ou, como diria o poeta, todos os barbarismos, sobretudo os universais. O pacto de unidade nacional que nos retire dessa crise terá de ser elaborado no calor da Constituinte. Por enquanto o governo faz o que pode e o que corresponde a uma equipe, ela também dilacerada, como se sabe, por idéias contraditórias e inspirações tumultuadas. O presidente tem motivos reais de apreensão.

Carlos Castello Branco